

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.266 - CE (2020/0037867-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : EVA PINHEIRO DE CASTRO ABREU
ADVOGADO : ROKYLANE GONÇALVES BRASIL - CE031058
RECORRIDO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : RONALDO NOGUEIRA SIMÕES E OUTRO(S) - CE017801

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. SENTENÇA IMPROCEDENTE DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL, COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMO FRAUDULENTO SEM QUALQUER RESSONÂNCIA NOS AUTOS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRONTA REJEIÇÃO. MÉRITO: EM ANÁLISE EXAURIENTE DOS DOCUMENTOS, PARTE A PARTE, AGITADOS, NÃO FOI EVIDENCIADA QUALQUER CONDUTA ILÍCITA PASSÍVEL DE REPARAÇÃO.

ATESTADA A VALIDADE CONTRATUAL E A PLENA APTIDÃO PARA SURTIR OS EFEITOS JURÍDICOS QUE LHE SÃO INERENTES. PARADIGMAS DO EGRÉGIO TJCE. DESPROVIMENTO.

1. Preliminarmente, a Recorrente levantou a tese de cerceamento de defesa diante do julgamento antecipado da lide.

No entanto, a afirmação não tem cabimento, de vez que, compulsando detidamente os autos, verifica-se o feito foi conduzido com bastante esmero, oportunizado o Contraditório e a Ampla Defesa, de parte a parte, e, a certa altura, o insigne Magistrado, quando reuniu elementos suficientes da sua convicção e se encontrando habilitado ao julgamento anunciou que sentenciaria o feito. É que o Juízo Primevo, através do livre convencimento motivado, inclusive, lastreado em documentos, proferiu seu decisório, aliás, como tem que ser, porquanto não admitiu provas impertinentes, protelatórias e desnecessárias. Por isso, rejeitada a Preliminar.

2. Inicialmente, percebe-se que o cerne da questão posta a desate consiste em conferir a verossimilhança das alegações recursais vertidas na existência de empréstimo consignado sem sua autorização e a sua revelia, porquanto, originado mediante fraude. A

par disto, verificar-se-á a possibilidade de reparação.

3. De plano, vê-se que o Banco apresentou o respectivo contrato de mútuo, contendo a assinatura da Requerente, a qual, foi, inclusive, reconhecida, pela própria Apelante. O Contrato encontra-se, às f. 57, 61/64 e 65/71 e o comprovante de depósito do numerário em favor da Recorrente (f.64).

4 Ainda, o pacto está devidamente acompanhado dos documentos pessoais da Autora que instruíram a avença, a saber: RG, CPF e comprovante de residência. Tais elementos de identificação estão às f. 58/59.

5. Desta forma, a instituição financeira se desincumbiu do seu ônus probante de comprovar foto impeditivo do direito da Promovente.

6. Realmente, o contrato está perfeito e acabado, daí porque atestada a validade, de modo a ostentar plena aptidão para surtir os efeitos jurídicos que lhe são inerentes.

7. DESPROVIMENTO ao Apelo, de vez que não constatado qualquer ilícito passível de reparação.

Nas razões do especial, aponta a recorrente violação dos arts. 6º, 7º, 8º, 80, 81, 373, II, 489, 1022 do Código de Processo Civil de 2015; 6º do Código de Defesa do Consumidor; 104, III, 166, IV e V, e 595 do Código Civil de 2002; 37, § 1º, da Lei n. 6.015/73; 5º, XXXV, da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial.

Alega cerceamento de defesa no julgamento antecipado da lide, eis que "*o recorrente não reconhece a assinatura aposta no suposto contrato impugnado e assim, para aferir a autenticidade da 'assinatura' é imprescindível a realização da prova pericial*" (e-STJ, fls. 170/171).

Defende a nulidade do contrato de mútuo firmado por analfabeto funcional com o banco recorrido, sem a formalização do contrato mediante instrumento público ou por procurador nomeado pelo demandante por meio de instrumento público.

Alega que "no suposto contrato apresentado sequer existe subscrição de testemunhas e, muito menos, foi assinado a rogo por representante do recorrente" (e-STJ, fl. 182).

Requer, ainda, o afastamento da litigância de má-fé que lhe foi atribuída, por entender a Corte local que teria alterado a verdade dos fatos, eis que antes da propositura da presente ação, buscou obter toda a documentação e informação necessária a comprovar à regularidade do empréstimo consignado implantado em seu benefício

previdenciário, por já ter sido vítima da implantação de inúmeros empréstimos, visando, portanto, a comprovação judicial por parte da instituição financeira recorrida.

Busca o afastamento da sua condenação por litigância de má-fé, bem como a condenação do banco recorrido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 294).

O recurso especial foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 290-295 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

De início, no tocante à alegada violação do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, necessário salientar que a via especial não é sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, afasto a alegação de negativa de prestação jurisdicional, nos termos dos artigos 489 e 1022 do CPC/2015, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

A propósito, cito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a

controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.268.364/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje 1.2.2019)

Quanto à irresignação relativa ao cerceamento de defesa, é imprescindível destacar que cabe ao magistrado, como destinatário final da prova e em respeito aos limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 23/09/2008)

O Tribunal de origem concluiu pela desnecessidade da produção de outras provas, se pronunciando no seguinte sentido (e-STJ, fl. 151):

Preliminarmente, a Recorrente levantou a tese de cerceamento de defesa diante do julgamento antecipado da lide.

No entanto, a afirmação não tem cabimento, de vez que, compulsando detidamente os autos, verifica-se o feito foi conduzido com bastante esmero, oportunizado o Contraditório e a Ampla

Defesa, de parte a parte, e, a certa altura, o insigne Magistrado, quando reuniu elementos suficientes da sua convicção e se encontrando habilitado ao julgamento anunciou que sentenciaria o feito.

É que o Juízo Primevo, através do livre convencimento motivado, inclusive, lastreado em documentos, proferiu seu decisório, aliás, como tem que ser, porquanto não admitiu provas impertinentes, protelatórias e desnecessárias.

Assim, desconstituir as conclusões a que chegou o Tribunal revisor seria impossível sem a revisão do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

No que concerne à alegação de nulidade do contrato celebrado em razão de o empréstimo não ser reconhecido pelo então recorrente, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, assim dispôs: (e-STJ, fls. 151):

De plano, vê-se que o Banco apresentou o respectivo contrato de mútuo, contendo a assinatura da Requerente, a qual, foi, inclusive, reconhecida, pela própria Apelante.

O Contrato encontra-se, às f. 57, 61/64 e 65/71 e o comprovante de depósito do numerário em favor da Recorrente (f.64).

Ainda, o pacto está devidamente acompanhado dos documentos pessoais da Autora que instruíram a avença, a saber: RG, CPF e comprovante de residência.

Tais elementos de identificação estão às f. 58/59.

Desta forma, a instituição financeira se desincumbiu do seu ônus probante de comprovar fato impeditivo do direito da Promovente.

Realmente, o contrato está perfeito e acabado, daí porque atestada a validade, de modo a ostentar plena aptidão para surtir os efeitos jurídicos que lhe são inerentes.

Com efeito, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “quando comprovadamente preservada e atendida a autonomia da vontade das partes celebrantes do negócio jurídico, deve ser minimizada a exigência legal de determinados requisitos formais e rejeitada a pretendida declaração de nulidade do ato” (REsp 1150012/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 29/6/2018).

Saliente-se, ademais, que, para rever as conclusões adotadas pela Corte de

origem, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7/STJ.

Por fim, a Corte estadual, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu estar caracterizada a litigância de má-fé, cujo trecho do acórdão transcrevo (fl. 274):

De fato, há cabimento para a condenação em Litigância de Má Fé conforme a inteligência vertida pelo Magistrado Primevo, pelo que deve ser mantida.

É que está comprovado que a Recorrente alterou a verdade dos fatos e usou o processo com o visio de obter vantagem indevida, hipótese esta que enquadra no disposto no art. 80 do CPC/2015.

Afinal, consta nos autos a cópia o pacto às f. 57, 61/64 e 65/71 e o comprovante de depósito do numerário em favor da Autora, às f.64.

Ademais, a avença está devidamente acompanhada dos documentos pessoais da Requerente que instruíram a avença, a saber: RG, CPF e comprovante de residência, conforme se vê às f. 58/59.

O acolhimento das razões do recurso demandaria inevitável reexame de conteúdo fático-probatório, o que encontra óbice no verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO VIA CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL). INADMISSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou o entendimento de não ser admissível recurso interposto via correio eletrônico (e-mail).

3. Não há como excluir a imposição de multa por litigância de má-fé quando tal providência demandar o reexame do contexto fático-probatório, como na hipótese.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1752.927/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8.10.2018, DJe 15.10.2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - CONSÓRCIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Na devolução das parcelas pagas por consorciado desistente ou excluído, haverá a incidência dos juros moratórios após o trigésimo dia do encerramento do grupo consorcial. Precedentes.

2. É iterativa na jurisprudência deste Tribunal Superior ser incabível a abertura desta instância extraordinária para a discussão acerca da ocorrência de litigância de má-fé, por ser necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado pela Súmula 7/STJ.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte superior, é possível a condenação à devolução em dobro somente quando restar demonstrada a má-fé na cobrança de valores. A aferição de existência ou não da referida má-fé ensejaria o necessário reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária ante o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.513.710/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Julgado em 7.8.2018, DJe 17.8.2018).

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensão a exigibilidade em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora